



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

ATA NÚMERO OITOCENTOS E DEZENOVE

Aos nove do mês de junho de 2020, às dezenove horas, reuniram-se em Sessão Ordinária, na Câmara Municipal de Vereadores, sita a Rua da Estação, mil e trinta e três, sala cento e dois, os seguintes Vereadores: o Presidente Pedro Gilson Jahn, o Vice-presidente Ademar Gauger, o Primeiro Secretário João Carlos Jahn, o segundo Secretário Claudir Antônio Ludwig e os vereadores: Luiz Felipe Werner, Bernardino Scottá, Dalcir Luis Ebeling, Laudir Abel e Marino Pedro Zagonel. O Presidente deu início a Sessão cumprimentando os presentes. O Secretário leu um trecho da bíblia. Foi lida a ata da sessão ordinária do dia 02 de junho a qual foi aprovada por unanimidade. Foram lidos os caputs dos PLs que deram entrada na Câmara. PL 2417 – Revoga a Lei Municipal nº 1449 de 08 de julho de 2009 e Veto total ao Projeto do Legislativo 123 que versa sobre a liberdade econômica. Foram lidos os ofícios do Executivo. Resposta a solicitação feita pelo vereador Pedro Gilson quanto a delimitação dos Bairros e Distritos do Município. Resposta a solicitação do vereador Pedro Gilson quanto a sugestão de troca dos relógios de medição de água por um modelo que acompanha lacre. Resposta as Indicações 23, 24, 25 e 26 encaminhadas ao Executivo. Resposta a solicitação do vereador Claudir quanto as atividades atinentes a semana do Meio Ambiente. Encaminhamento de Declaração emitida pelo médico Fredy Hugo Lens Pereira e pela servidora Luciane Andrioli responsável pela dispensa de medicamentos no Posto de Saúde, quanto a medicação Tadalafila 5mg e sua indicação e distribuição e resposta a solicitação do vereador Claudir quanto as planilhas de gastos com manutenção e mão-de-obra das máquinas e caminhões da Secretaria de Obras. Em seguida foi lido o ofício enviado pela Comissão de Moradores de São Pedro da Serra que se referia ao Projeto que trata da correção de divisas entre Barão e São Pedro. O Presidente colocou em pauta o projeto de Lei 2378/2019, forma lidos os pareceres emitidos pela Comissão de Pareceres, o primeiro solicitava adequações, o segundo era pela legalidade e constitucionalidade do projeto. Conforme solicitado em ofício, o Presidente concedeu a palavra ao presidente da Comissão que falou dos 28 anos de luta da comunidade para resolver a questão. Pede a ajuda dos Vereadores para que o problema seja resolvido, pois falta muito pouco para os moradores alcançarem o que há tanto tempo buscam. Laudir diz que concorda que precisa ser resolvido, para tanto é preciso conversar um pouco mais, na verdade acredita que algumas coisas deviam ter sido resolvidas antes do projeto vir para câmara. Diz ainda que para São Pedro é mais fácil porque não perdem nada, algumas propriedades precisam ser analisadas mais atentamente e definidas de fato a quem pertencem. Ressalta que a responsabilidade foi jogada para a Câmara de Barão, e na verdade as questões deveriam ter sido resolvidas pelos dois Executivos. Bernardino diz que acompanhou de forma física a projeção da divisa, comenta que alguns marcos divisórios que são utilizados na prática, não estão registrados. Percorreu junto com o Prefeito de São Pedro da época o trajeto que seria a divisa, diz que se fosse pelo registro toda comunidade de Campestre pertenceria a Barão, mas foi usado o bom senso e definido diferente, o Prefeito da época utilizou simbolicamente um facão para estabelecer a divisa. Diz que em todo mundo existem diversos conflitos territoriais entre países, estados, municípios e entre famílias. Questiona quem ganha com isso. Diz que seu voto será pela história e bom senso. Marino comenta que quando voltou pra a Câmara o projeto já estava em tramitação, diz ter algumas dúvidas pois é sabido que há moradores que são de barão e contribuem para São Pedro. Foi solicitado que esses moradores fizessem a alteração, nada foi feito, desta forma fica difícil aprovar o projeto, pois não há garantia alguma que beneficie nosso município. Diz ainda que respeita muito os moradores da comunidade, mas a questão é complicada, uma vez que Barão estaria cedendo uma área de terras sem contrapartida nenhuma. Dalcir diz que acompanhou desde o início o projeto. Comenta que no ano passado na condição de Presidente da Câmara esteve reunido junto aos Prefeitos dos dois municípios, naquela ocasião houve





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

algumas mudanças, pois haviam três áreas a serem alteradas. Por solicitação do Executivo de Barão, a área de Arroio Canoas ficou de fora das negociações e verbalmente ficou acordado que os produtores que estão naquela área que foi retirada do primeiro projeto, passariam a contribuir com Barão, uma vez que estão na área de Barão. Lhe causou estranheza que em uma das respostas enviadas para a Câmara apenas um dos produtores em questão passaria a contribuir em Barão, sendo que a parte de Arroio Canoas permaneceria como está. Chegou a sugerir que o projeto fosse votado e vetado pelos vereadores, nessa última semana esteve conversando com alguns moradores. Acredita que se tivesse sido feito um termo de compromisso de que esses produtores realizariam a transferência de suas produções para Barão, o projeto seria aprovado sem problemas. Claudir comenta que os moradores em questão têm um vínculo muito grande como município vizinho. Talvez foi nosso município que deixou de atender ao longo do tempo. Diz ser favorável ao projeto devido ao apelo da população, mas diz que vai lutar até o fim para que os produtores que permanecerem na área de Barão, voltem com sua contribuição para cá. Ressalta ainda que se até hoje municípios vizinhos investiram em área do município, não é culpa de Barão, mas cabe ao Executivo daqui oferecer infraestrutura necessária para os moradores que permanecerem aqui e assim também, buscar o retorno que cada um deles pode trazer. Dalcir diz que conhece a maioria dos moradores envolvidos com a questão, ressalta que hoje são bem atendidos por São Pedro, sabe da luta desses moradores, mas diz que o Legislativo se encontra em uma sinuca. Pedro Gilson comenta sobre algumas contradições em todo o processo, desde que o projeto entrou em tramitação na Câmara. Comenta que foi citado que a aprovação do projeto estaria atendendo um desejo de toda população, ocorre que na verdade uma parte desta população permaneceria irregular, ou seja, na área de Barão com seus talões em São Pedro. Em reunião com o Executivo de São Pedro foi solicitado, como foi solicitado por ofício também, que esses moradores que permaneceriam em Barão transferissem seus talões para nosso município. Tanto na resposta do ofício como na reunião realizada, percebeu que não há o real interesse em fazer a vontade de todas as pessoas envolvidas. Ao longo do processo foi notória a falta de vontade de fazer a vontade de todos os moradores. Lembra também que havia sido solicitado que os produtores que permaneceriam em Barão transferissem seus talões para cá, ocorre que nessa solicitação também não foi identificado o interesse necessário para resolver a questão. Ademar diz que desconhece o local. João Carlos diz que se há 28 anos atrás a divisa tivesse sido feita de forma correta, talvez hoje este projeto não estaria em tramitação. Cabe ao Legislativo atual resolver da forma correta desta vez, comenta ainda que a questão dos moradores é complicada no ponto em que nada impede que mesmo vindo para Barão, os moradores continuem contribuindo ou voltar a contribuir com São Pedro. Diz que de início era favorável ao projeto, mas surgiram várias dúvidas. Sua ideia é de um projeto que realmente resolva a questão. Laudir diz que se o projeto for aprovado do jeito que está, mais uma vez, assim como mencionado pelo colega Bernardino, estará sendo feita uma divisa a facção. Dalcir comenta que o mapa enviado ao legislativo não condiz com as declarações enviadas, isso também deixou os vereadores com dúvidas, O projeto é colocado em votação sendo rejeitado por cinco votos a três, sendo favoráveis os vereadores Bernardino, Claudir e Dalcir. Votos contrários dos vereadores Marino, Ademar, João Carlos, Luiz Felipe e Laudir. Em seguida foi lido PL 2410 que autoriza o Executivo a adquirir imóvel e suplementar crédito no valor de R\$ 314.000,00. A Comissão emitiu parecer favorável e o projeto é colocado em discussão. Laudir pede vistas ao projeto e sugere que os vereadores realizem uma visita ao local a ser adquirido pelo município a fim identificar a questão dos acessos e também a real situação da área. O Presidente informa que o projeto permanece na Casa. Bernardino questiona se existe algum outro empecilho para que o projeto entre em votação na próxima sessão. O Presidente di que é de praxe após o pedido de vistas o projeto entrar em votação,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

caso alguém tenha alguma dúvida ainda tem tempo para buscar a resposta. Em seguida foi lido PL 2412 que abre crédito especial por arrecadação a maior no valor de R\$ 17.970,00. A comissão emitiu parecer favorável e o projeto é colocado em discussão. Não havendo considerações por parte dos vereadores, o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi lido também PL 2413 que altera dispositivo da Lei Municipal 2232 de 20 de junho de 2018. O parecer da Comissão é favorável e o projeto é colocado em discussão. Claudir comenta que não menciona no projeto o trajeto que será contemplado com pavimentação. Bernardino diz que a questão não altera o contexto do projeto. Laudir comenta que procurou essas informações nesta semana, mas não tem certeza ao que se refere. João Carlos diz que lhe chamou a atenção que está sendo revogada uma Lei aprovada neste ano, talvez falta de planejamento da Caixa que cada pouco pede uma coisa diferente. Marino comenta que segundo informação do Executivo a partir desta alteração o FPM passa a ser avalista do Município. Laudir complementa que se o município não cumprir com as obrigações, a Caixa recebe direto do FPM, além disso segundo a justificativa trata-se de uma alteração proposta pela STN. O Presidente apresenta o primeiro projeto aprovado que menciona onde será feita a pavimentação. Claudir solicita relação dos trajetos a serem contemplados. O vereador é informado pelos colegas que nas justificativas dos projetos apresentados consta cada trajeto. Assim o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi lida Indicação 27 – Claudir – Manutenção das academias de ginástica ao ar livre. O Presidente colocou em pauta o MGS e o RDQM referentes ao Primeiro quadrimestre de 2020. Os relatórios foram aprovados pelos vereadores. Foram lidas prestações de contas do Hospital São José, referente ao repasse para adequar a entidade no combate a Pandemia do Covid-19 e também referente a instalação do elevador e troca do telhado. Nas considerações finais Dalcir diz que vai apresentar Indicação para que seja feita a cessão de uso para o Esporte Clube Copacabana da parte pertencente ao município. Ao mesmo tempo solicita que seja devolvida a área de terras ao União a qual o clube fez cessão de uso para a Prefeitura, todos sabem que pertence ao Clube e seria interessante ajustar a questão. Comenta que houve alguns transtornos quanto a distribuição de medicação, diz que realmente algumas receitas são de difícil interpretação, sugere que as receitas sejam feitas de forma impressa, digital, a fim de evitar problemas para todos. Dalcir faz menção ao colega Luizão que esteve na Casa quando o vereador Marino esteve a frente da Secretaria da Saúde, dizendo que o colega sempre falou que quem tem a oportunidade de roubar uma caneta, rouba uma caneta e quem tem a oportunidade de roubar um milhão, rouba um milhão. Com isso quer dizer que o vírus da corrupção está presente em toda sociedade, pode-se perceber isso na lista divulgada pelo Governo do auxílio emergencial. Nem todos os que tinham o direito precisariam receber e mesmo assim solicitaram. Enaltece a atitude de um morador de Arroio Canoas que mesmo tendo o direito de receber o benefício não o solicitou, pois segundo ele tinha como se sustentar e outros poderiam precisar mais. Infelizmente são poucas as pessoas que pensam assim. Faz a leitura de uma frase que leu na internet a qual menciona que infelizmente o vírus da corrupção está em todos os lugares e o que se vê nas alturas do poder é o espelho da sociedade, às vezes bem perto de nós. Bernardino mostra solidariedade com a indignação, sugere que a Câmara com o auxílio da assessoria jurídica faça uma moção ou algo similar direcionada ao Ministério Público de encontro com as manifestações vistas na população. Como Legisladores sabem que algumas pessoas tem a necessidade e outras se aproveitaram da situação. Diz ser salutar pensar na mesma linha que foi solicitado a relação dos beneficiários com as cestas básicas e tentar disseminar o vírus da corrupção. Parece que a corrupção está se dizimando na sociedade, isso ocorre não só em Barão. Diz que não é possível que o Legislativo apenas assista a isso sem nenhuma manifestação. Solicita ao Presidente para estudar as alternativas junto a assessoria jurídica. Bernardino comenta o orgulho que as equipes da saúde têm em dizer que Barão é uma referência a

Rua da Estação, 1033 Sala 102 - Fone: (51) 3696 1047
95730-000 - BARÃO - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**


nível estadual em saúde básica. Como Câmara é preciso enaltecer o trabalho de nossas equipes, além disso temos dois médicos que atuam como professores e Universidades. Temos um médico a cada mais ou menos dois mil habitantes, destaca a qualificação do município em atenção básica. Faltam algumas coisas, de fato faltam, mas na atenção básica é preciso reconhecer que Barão está muito bem. Ademar solicita melhorias na estrada geral de Linha General Neto, além da troca da lâmpada que já solicitou. Lamenta que o projeto das divisas veio incompleto, diz ainda que Barão já perdeu o suficiente e por isso votou contra. Se tivessem apresentado uma garantia de que aqueles produtores voltassem para Barão teria sido favorável ao projeto. Pedro Gilson diz que a divulgação da lista é mais uma prova de que deve ser sim divulgado os beneficiados pelo dinheiro público. Muitos acreditam que não deve ser publicado os nomes dos beneficiados pelo CRAS ou que estão recebendo as cestas básicas, a lista divulgada pelo Governo Federal mostra que sim, os beneficiados devem ser divulgados assim é possível identificar se quem está recebendo de fato merece receber e também ajudar aqueles que não recebem e quem tem direito a receber. Solicita ofício a Secretaria de Obras para que seja colocada brita na estrada de Linha Camilo, pois com as chuvas a estrada está muito lisa e os veículos tendem a não conseguir subir os morros. Solicita também que tem algumas lâmpadas a serem trocadas as quais já solicitou diversas vezes, reitera os pedidos. João Carlos comenta que em seu curso de Gestão Pública, escuta seguidamente que o Poder Público deve ser exemplo e funcionar como uma empresa. Lhe chamou a atenção a resposta enviada pelo Executivo quanto a troca dos relógios de medição de consumo de água. O Setor Privado entende que é preciso investir agora para faturar depois, segundo a resposta não é possível investir pois a rede é deficitária, ou seja, está indo na contramão do que seria uma boa gestão. Agradece e parabeniza a Secretaria de Obras pelas melhorias feitas na ponte de Linha Francesa Baixa. Agradece a presença de todos. Claudir comenta sobre sua indicação falando da necessidade de revisar os aparelhos de ginástica das academias ao ar livre. Quanto ao auxílio emergencial diz concordar com o que foi dito, que teve muitos que se cadastraram e não precisavam do auxílio. De sua parte sugeriu a algumas pessoas que devolvessem o auxílio recebido. Inclusive uma pessoa que conhece já fez a devolução. Diz que sempre foi pelo certo e é contra a corrupção. Felipe comenta que não se ateu muito a lista de beneficiários do auxílio emergencial, o que lhe assustou foi o valor. Outro ponto é a divulgação, muitos não esperavam que seria divulgado e de certa forma inibe algumas pessoas que não precisam a não solicitarem em uma próxima oportunidade. Quanto ao projeto das divisas diz que sua opinião mudou durante o tramitar na Câmara, diz entender os moradores que buscam a solução do problema, mas também acredita que os vereadores não devem se deixar levar pela emoção, é preciso analisar os interesses de Barão. Percebe que o início de tudo começa na concessão de incentivos, quando outros municípios deram incentivos para moradores da área de Barão. Acredita que cada produtor deve ser atendido pelo seu município. Agradece a Secretaria da Administração sobre o atendimento de sua Indicação que torna a Rua Raimundo Hartmann mão única a partir do mês de julho. Diz que talvez um dos fatores motivadores desta definição pelo Executivo foi que quando conversava com o Secretário sobre o vídeo monitoramento foi constatado que a referida rua sendo mão única facilitaria o controle do fluxo de veículos. Laudir cumprimenta os presentes, agradece os munícipes que ficaram até o final da sessão. Comenta que a transparência deve começar pelo município, por isso bate tanto na tecla de divulgação e até de transmissão. Acredita que deveria constar no site do município o nome e o salário que ganha cada servidor. Parabeniza o Ministério da Cidadania pela divulgação e acredita que se as pessoas soubessem que seria divulgada a lista, com certeza o valor concedido seria no mínimo 25% menor e esses mesmos 25% poderiam ser investidos em outras áreas. Lamenta o acontecido, pelo que viu na lista consta alguns agricultores, lhe preocupa, pois na ânsia de receber os 600,00 declararam





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS**

que não são agricultores, isso pode ocasionar problemas na aposentadoria. Comenta que a Câmara recebeu uma declaração de um médico que ao que parece veio em resposta a sua solicitação da sessão anterior quanto a uma medicação, sendo que seu pedido ainda nem fora enviado. Diz que o Secretário esteve na sessão, mesmo assim está no aguardo de sua resposta. Falando em corrupção e transparência diz que o exemplo dos remédios é um bom caminho, pois se os iguais não forem tratados de forma igual, não justifica a cobrança de outras pessoas. Diz ainda que pode citar três casos que acompanhou e que é a favor do município pagar desde que seja para todos de forma transparente, pois um munícipe que precisa de um exame de 3.000 tem o mesmo direito daquele munícipe que precisa de um remédio que custa 50,00. Transparência é comprar o remédio com a justificativa de que é para a farmácia básica e disponibilizar para todos que precisam, isso é ser transparente. Solicita a Secretaria de Obras que seja colocada a orientação sobre o uso de máscaras na garagem da Secretaria, pois recebeu algumas foto e vídeos de servidores e trabalhadores do serviço terceirizado trabalhando sem máscara e aglomeração de pessoas. Diz que é dever do Poder Público cuidar da saúde seus funcionários, vê isso como um problema grave de saúde. Felipe diz que em Carlos Barbosa o Prefeito fez um Decreto obrigando os servidores a usarem máscara, passível de processo administrativo. Laudir solicita que seja encaminhado um ofício sobre o assunto. Comenta que foi feito um concurso há algum tempo para o cargo de operador, diz que o primeiro colocado foi contratado, ainda em estágio probatório viu esse servidor dirigindo um caminhão. Questiona quem avaliará o estágio uma vez que já está em desvio de função. Com relação ao projeto de divisas diz que fica com o facão do colega Bernardino Marino sobre o auxílio emergencial, diz que nunca viu tanto socialista num país capitalista, que defendem o capitalismo e pegam o dinheiro do governo. Se solidariza com as colocações dos colegas e diz ser vergonhoso o que está acontecendo. Solicita ao Presidente, cópia dos quatro ofícios que se referem a medicação tadalafil 5mg, diz que é preciso cuidar da imagem do Legislativo pois se vê muito em Brasília um setor querer mandar no outro e dizer o que o outro tem ou não que fazer. Quando Secretário, em função de um suplemento alimentar que foi adquirido para um munícipe de mais de 80 anos, recebeu ofício questionando a aquisição, teve que ouvir piadas dizendo que o secretário estaria comprando chocolate para tomar. Diz ser vergonhoso um vereador se envolver numa questão técnica, tudo tem um limite e não quer que o Legislativo seja polícia, delegado e juiz ao mesmo tempo. Diz ainda que com certeza a família deve ter guardado cópia dos ofícios e no momento oportuno se utilizarão disso. Ressalta que o Ensure era consumido por um único munícipe, o mesmo deve acontecer com este medicamento. A que ponto chegamos em solicitar a indicação desta medicação, que esta questão seja deixada para quem entende do assunto, tem algumas coisas que são vedadas a divulgação por ser questões técnicas. Solicita que todos preservem o Legislativo, a fim de que Barão não se torne uma guerra como é em Brasília. Sendo o que constava na pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão ordinária do dia 09 de junho de 2020. Assim sendo, lavro esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes na aprovação da mesma. Bernardino diz que quando usou a expressão demarcou com um facão, falou de forma figurativa, uma vez que o Prefeito cravou um facão em uma árvore, indicando que um lado seria Barão e o outro São Pedro. João Carlos ressalta que a Administração Pública deveria seguir o exemplo da Iniciativa Privada.


Pedro Gilson Jahn
Presidente


Ademair Gauger
Vice-Presidente


João Carlos Jahn
1º Secretário



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS



Claudir Antônio Ludwig
2º Secretário



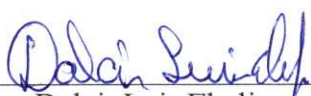
Luiz Felipe Werner
Vereador



Laudir Abel
Vereador



Bernardino Sottá
Vereador



Dalcir Luis Ebeling
Vereador



Marino Pedro Zagonel
Vereador

